

Sumário

Palavras Prévias –20ª edição	21
Prefácio	25
Apresentação	27
Capítulo Introdutório – As Obrigações em Leitura Civil-Constitucional.....	29
Capítulo I ► Introdução ao Direito das Obrigações	37
1. Noções gerais.....	38
1.1 Conceito de obrigações.....	38
1.2 Características essenciais	44
1.2.1 A responsabilidade patrimonial	46
1.3 Evolução histórica das relações obrigacionais	53
1.4 Introdução ao estudo das garantias	59
1.5 Posição no direito civil	67
1.6 O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	70
1.6.1 Unificação do direito das obrigações: o empresário.....	73
1.6.2 O empresário e a Lei da Liberdade Econômica	76
1.6.3 O consumidor como sujeito especial de relações obrigacionais.....	79
1.6.4 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21	92
2. Elementos constitutivos das obrigações	107
2.1 Generalidades.....	107
2.2 Elemento subjetivo: o credor e o devedor (e o agente fiduciário – Lei n. 14.711/23)	110
2.3 Elemento objetivo (a prestação).....	114
2.4 Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	118
2.4.1 O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	118
2.4.2 Consequências do não cumprimento espontâneo	119
2.4.3 A execução da obrigação através do Poder Judiciário.....	121
2.4.4 O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	121
3. Principais distinções.....	136
3.1 Direitos reais.....	136
3.1.1 Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais	139
3.1.2 Situações híbridas.....	141
3.1.3 Obrigações <i>propter rem</i>	144
3.2 Direitos da personalidade.....	148
3.3 Obrigação, dever, sujeição e ônus	151
4. Fontes das obrigações	153
4.1 Introdução.....	153
4.2 Tripartição das obrigações segundo as suas funções.....	157
4.2.1 Negócio jurídico	157
4.2.2 Responsabilidade civil	159
4.2.3 Enriquecimento sem causa	162

4.3	A boa-fé objetiva como fonte das obrigações	164
5.	Os paradigmas do código civil no direito das obrigações.....	165
5.1	As obrigações e o Código Civil de 2002.....	165
5.2	Princípio da socialidade.....	166
5.3	Princípio da eticidade.....	169
5.4	Princípio da operabilidade	173
6.	A obrigação complexa ("a obrigação como um processo")	175
6.1	Introdução.....	175
6.2	Os deveres de conduta.....	179
6.2.1	Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	179
6.2.2	Funções dos deveres de conduta.....	182
6.2.3	Os deveres de conduta e a tutela de terceiros	185
6.2.4	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	186
6.2.5	O terceiro ofensor e a relação obrigacional	187
6.3	A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional	190
6.3.1	A boa-fé como cláusula geral e a sua influência sobre a obrigação	190
6.3.2	Acepções da boa-fé objetiva	192
6.3.3	A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana	195
6.3.4	As funções da boa-fé no Código Civil.....	196
6.3.5	A boa-fé objetiva no CPC/15	200
6.3.6	A boa-fé objetiva e a COVID-19.....	203
6.3.7	A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021	205
7.	As obrigações contratuais e a lei da liberdade econômica (Lei n. 13.874/19)	209

Capítulo II ► Modalidades de Obrigações I – Classificação quanto ao

Objeto	217
1. Introdução: A prestação como objeto da obrigação.....	218
2. Classificação quanto ao objeto.....	224
2.1 Obrigação de dar e de restituir.....	224
2.1.1 A obrigação de dar como processo.....	225
2.1.2 Obrigação de dar coisa certa.....	227
2.1.2.1 A impossibilidade das obrigações de dar: a teoria dos riscos.....	229
2.1.3 Obrigação de dar coisa incerta.....	242
2.1.3.1 Generalidades.....	242
2.1.3.2 O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	244
2.1.4 A desmaterialização das obrigações de dar	248
2.2 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta	250
2.2.1 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa.....	250
2.2.1.1 O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa certa.....	250
2.2.1.2 A execução de título extrajudicial para entrega de coisa certa.....	255
2.2.2 Tutela processual das obrigações de dar coisa incerta.....	257
2.2.2.1 O cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa incerta.....	257

2.2.2.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa incerta.....	257
2.3	A execução das obrigações pecuniárias	257
2.3.1	O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia.....	258
2.3.2	O processo autônomo de execução de quantia certa	261
2.3.3	O procedimento monitório.....	266
2.3.4	A execução da obrigação de prestar alimentos.....	270
2.3.4.1	Cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos.....	270
2.3.4.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial.....	272
2.4	Obrigação de fazer	273
2.4.1	Generalidades	273
2.4.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer	279
2.4.3	A obrigação de fazer nas relações de consumo.....	283
2.5	Obrigação de não fazer	284
2.5.1	Generalidades	284
2.5.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer	289
2.6	Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer	293
2.6.1	Noções gerais.....	293
2.6.2	O cumprimento da sentença.....	296
2.6.3	A execução das obrigações de fazer e não fazer	307
2.6.4	A execução cumulada das obrigações de fazer e de pagar.....	308

Capítulo III ► Modalidades de Obrigações II – Classificação quanto aos

Elementos	311
1. Obrigações alternativas.....	312
1.1 Noções preliminares	312
1.2 Concentração	317
1.3 A obrigação alternativa como processo.....	320
1.4 Impossibilidade das prestações.....	321
2. Obrigações facultativas	325
2.1 Questões processuais relativas às obrigações alternativas e facultativas.....	328
3. Obrigações cumulativas.....	330
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	332
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	333
5.1 Introdução.....	333
5.2 Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	335
5.3 A indivisibilidade e as modalidades de obrigações	338
5.4 Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	339
5.5 Perda da indivisibilidade	342
6. Obrigações solidárias	343
6.1 Noções gerais.....	343
6.2 Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	356
6.3 Solidariedade ativa	359
6.3.1 Noções gerais.....	359
6.3.2 A solidariedade ativa e a coisa julgada	363

6.4	Solidariedade passiva	364
6.4.1	Noções gerais	364
6.4.2	Remissão e renúncia à solidariedade	371
6.4.3	A expansão da solidariedade passiva na reparação de danos injustos	373
6.4.3.1	Relações entre a vítima e os responsáveis	373
6.4.3.2	Vínculo interno entre os próprios responsáveis	378
6.4.4	A solidariedade passiva e o débito alimentar	379
6.4.5	A solidariedade cambiária	383
6.4.6	A solidariedade passiva e o chamamento ao processo	384

Capítulo IV ► Modalidades de Obrigações III – Classificação quanto à Exigibilidade e ao Conteúdo 389

1.	Classificação quanto à exigibilidade	390
1.1	Obrigações civis e obrigações naturais	390
1.2	Regime das obrigações naturais	392
1.3	Espécies de obrigações naturais	396
1.3.1	Obrigações de trato social	396
1.3.2	Obrigações fundadas em imperativos morais	399
1.4	Natureza jurídica da obrigação natural	404
1.4.1	A obrigação natural como obrigação imperfeita	404
1.4.2	A obrigação natural como dever extrajurídico	405
1.4.3	A obrigação natural como relação juridicamente relevante	406
2.	Classificação quanto ao conteúdo	407
2.1	Obrigações de meio e de resultado	407
2.2	A relevância da classificação	413
2.3	A dicotomia à luz da boa-fé objetiva	415
2.4	Obrigações de meio e de resultado no CDC	417
2.5	Obrigações de garantia	419

Capítulo V ► Da Transmissão das Obrigações 423

1.	Introdução	424
1.1	Vicissitudes da obrigação	424
1.2	O crédito como objeto do tráfego jurídico	425
2.	Cessão de crédito	429
2.1	Noções gerais	429
2.2	Regime jurídico	433
2.3	Efeitos da cessão de crédito	444
2.4	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos	451
2.4.1	A cessão de crédito e a novação	451
2.4.2	A cessão de crédito e a sub-rogação	451
3.	Assunção de dívida	453
3.1	Conceito e noções gerais	453
3.2	Modalidades de assunção de dívida	454
3.3	Requisitos da assunção de dívida	460
3.4	Efeitos da assunção de dívida	464

3.5	Distinções com modelos jurídicos afins.....	466
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	469
4.1	Noções gerais.....	469
4.2	Requisitos	474
4.3	Efeitos.....	477
4.4	Distinções com outros modelos jurídicos	478
5.	Outras formas de transmissão das obrigações	480
5.1	Linhas gerais.....	480
5.2	Usufruto de créditos	480
5.3	Penhor de créditos.....	481
5.4	Cessão da garantia sobre o crédito	483
5.5	Endosso	484
5.6	Transmissão das obrigações ambientais.....	485

Capítulo VI ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações I..... 489

1.	Introdução	490
1.1	Premissas metodológicas	490
1.2	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	493
1.3	Natureza jurídica do adimplemento	496
1.4	O pagamento é somente um dever ou também é um direito do credor?.....	498
1.5	Princípios norteadores do adimplemento	500
1.5.1	Princípio da pontualidade	501
1.5.2	Princípio da boa-fé objetiva.....	502
2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	504
2.1	Quem paga – o solvens	505
2.1.1	Noções gerais.....	505
2.1.2	O terceiro interessado	506
2.1.3	O terceiro não interessado	509
2.2	Quem recebe – o accipiens	514
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	521
3.1	Do objeto do pagamento.....	521
3.2	Meios de pagamento	533
3.3	Da prova do pagamento.....	536
3.4	Local do pagamento.....	543
3.4.1	Regras gerais.....	543
3.4.2	Aspectos processuais	547
3.5	Tempo do pagamento	551

Capítulo VII ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações II – Modalidades Especiais de Pagamento..... 559

1.	Introdução.....	560
2.	Pagamento em consignação	561
2.1	Fundamentos da consignação	561
2.2	Modalidades de depósito.....	563

2.3	Hipóteses de admissão da consignação	566
2.4	Pressupostos da consignação	571
2.5	Questões polêmicas do depósito	577
3.	Pagamento com sub-rogação	580
3.1	Noções introdutórias	580
3.2	Espécies de sub-rogação	582
3.3	Eficácia da sub-rogação	588
3.4	Tutela processual da sub-rogação	590
4.	Imputação do pagamento	592
4.1	Considerações introdutórias	592
4.2	Elementos da imputação do pagamento	593
5.	Dação em pagamento	597
5.1	Noções gerais	597
5.2	Requisitos	598
5.3	Aspectos relevantes	599
6.	Novação	602
6.1	Noções gerais	602
6.2	Pressupostos da novação	603
6.3	Modalidades	606
6.4	Efeitos	611
7.	Compensação	614
7.1	Noções gerais	614
7.2	Espécies	615
7.3	Limites à compensação	622
8.	Confusão	626
8.1	Noções gerais	626
8.2	Requisitos	628
8.3	Efeitos	629
9.	Remissão	630
9.1	Linhas gerais	630
9.2	Características	631
9.3	Efeitos	633

Capítulo VIII ► Do Inadimplemento das Obrigações I..... 635

1.	O inadimplemento e as obrigações complexas	636
2.	O inadimplemento e a Impossibilidade	639
2.1	Noções gerais	639
2.2	O gênero impossibilidade	640
2.3	A impossibilidade pela frustração do fim do contrato	645
2.4	A impossibilidade pela força maior ou caso fortuito	650
2.4.1	A força maior no contexto da COVID-19	655
2.5	A impossibilidade e onerosidade excessiva	658
3.	O inadimplemento como gênero	660
4.	Espécies de inadimplemento	662

4.1	Inadimplemento absoluto.....	662
4.1.1	Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	665
4.1.2	Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	666
4.1.3	Inadimplemento mínimo ou “adimplemento substancial”.....	668
4.2	Mora.....	671
4.2.1	Mora do devedor.....	673
4.2.2	Mora do credor.....	681
4.2.3	Constituição em mora.....	685
4.2.4	Purgação da mora.....	692
4.3	Violação positiva do contrato.....	698
4.4	Inadimplemento antecipado.....	701
5.	O inadimplemento e a dignidade da pessoa humana.....	703
6.	O inadimplemento e o superendividamento.....	707
7.	As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial (inadimplemento).....	711
7.1	O concurso de responsabilidades.....	718
7.2	A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	721

Capítulo IX ► Do Inadimplemento das Obrigações II – Consequências do Inadimplemento das Obrigações 725

1.	Remédios para o inadimplemento obrigacional.....	725
2.	Perdas e danos.....	731
2.1	Noções gerais.....	731
3.	Dano patrimonial.....	737
3.1	O dano emergente.....	737
3.2	O lucro cessante.....	742
3.3	A perda de uma chance.....	748
3.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	749
3.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	753
3.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	756
4.	Dano moral.....	758
4.1	Dano moral negocial.....	760
5.	Juros.....	763
5.1	Noções introdutórias.....	763
5.2	Os juros moratórios no Código Civil.....	770
5.3	Os juros compensatórios no Código Civil.....	778
5.4	Os juros e as instituições financeiras.....	782
5.5	A capitalização dos juros.....	786
6.	Cláusula penal.....	789
6.1	Introdução.....	789
6.2	Natureza.....	790
6.2.1	Acessoriedade.....	790
6.2.2	Obrigações facultativas.....	790

6.2.3	Negócio jurídico de garantia	791
6.2.4	Sujeitos da cláusula penal.....	791
6.2.5	Objeto da cláusula penal.....	791
6.3	Modalidades.....	792
6.3.1	Cláusula penal compensatória.....	792
6.3.2	Cláusula penal moratória	792
6.4	Funções.....	793
6.4.1	Função indenizatória.....	794
6.4.2	Função coercitiva.....	794
6.5	A superação do modelo unitário da cláusula penal	794
6.5.1	O modelo unitário	794
6.5.2	Um novo olhar sobre a cláusula penal.....	795
6.5.3	A implosão do modelo unitário no perfil funcional das obrigações	796
6.6	Espécies de cláusula penal.....	796
6.6.1	A cláusula penal stricto sensu	797
6.6.2	A cláusula penal de prefixação de indenização	797
6.7	Interpretação da cláusula penal	798
6.8	Eficácia da cláusula penal	799
6.8.1	A constatação do dano	799
6.8.2	A reparação pelo dano excedente.....	801
6.8.3	A exigibilidade da pena convencional	802
6.8.4	O direito à pena e a resolução do contrato	803
6.9	Delimitação perante modelos jurídicos próximos.....	805
6.9.1	A obrigação alternativa.....	805
6.9.2	A multa penitencial.....	805
6.9.3	A cláusula de limitação de indenização.....	806
6.9.4	A cláusula de garantia	806
6.9.5	Arras.....	807
6.9.5.1	Arras confirmatórias.....	807
6.9.5.2	Arras penitenciais.....	808
6.9.6	Astreintes.....	808
6.10	A cláusula penal como pena privada	810
6.11	O controle da cláusula penal.....	813
6.11.1	A redução judicial da cláusula penal.....	814
6.11.2	O agravamento judicial das penas irrisórias	817
6.11.3	O controle normativo da cláusula penal	817
6.12	Cláusula penal e relações de consumo	818
6.12.1	A caracterização da cláusula abusiva.....	818
6.12.2	A cláusula de decaimento.....	820
6.12.3	A cláusula penal em favor do consumidor.....	823
6.12.4	O controle dos contratos de adesão entre particulares	824
6.13	Cláusula penal e contratos empresariais.....	825
6.13.1	O controle dos contratos nos contratos empresariais.....	827

7. Arras.....	832
7.1 Noções introdutórias	832
7.2 Arras confirmatórias	833
7.3 Arras penitenciais.....	837

CAPÍTULO X ► Enriquecimento Sem Causa 839

1. Noções gerais.....	839
1.1 O enriquecimento sem causa no direito brasileiro	848
1.1.1 O Código Civil de 1916.....	848
1.1.2 O Código Civil de 2002.....	849
1.2 Um problema de terminologia: enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa e ilícito civil	852
2. O enriquecimento sem causa como princípio.....	854
2.1 Introdução.....	854
2.2 Desdobramentos do enriquecimento sem causa como princípio.....	857
2.2.1 O enriquecimento sem causa e a fixação das indenizações.....	857
2.2.2 O enriquecimento sem causa e os negócios jurídicos.....	863
2.2.2.1 O retorno ao status quo nos casos de invalidade.....	863
2.2.2.2 O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico	865
2.2.3 O enriquecimento sem causa e a cláusula penal	867
3. O enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	870
3.1 Introdução.....	870
3.2 Desdobramentos do enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	871
3.2.1 O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do enriquecido	871
3.2.1.1 Enriquecimento obtido mediante fato injusto	871
3.2.2 O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do empobrecido	875
3.2.2.1 O enriquecimento por prestação do empobrecido propriamente dito	875
3.2.2.2 O enriquecimento imposto	876
3.2.3 O enriquecimento decorrente de prestação de terceiro.....	878
4. Pressupostos de configuração do enriquecimento sem causa	879
4.1 O enriquecimento.....	879
4.2 O empobrecimento ("à custa de outrem").....	881
4.3 O nexo de causalidade.....	882
4.4 A ausência de justa causa.....	883
4.5 A ação de enriquecimento e a controvérsia acerca da subsidiariedade.....	884
5. O enriquecimento sem causa e os institutos do pagamento indevido e da gestão de negócios.....	888
6. Referências.....	891

Bibliografia 893